

05 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

TJ nega recurso de improbidade contra Richa sobre 29 de abril

Rafael Machado

Reportagem Local

Por unanimidade, os desembargadores da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça afirmaram que a Polícia Militar “agiu no estreito cumprimento do dever legal com o objetivo de resguardar a atividade das funções estatais” em 29 de abril de 2015, episódio que ficou conhecido como “Massacre do Centro Cívico”. Na época, servidores públicos, em protesto ao projeto em discussão na Assembleia Legislativa que modificava o Parana Previdência, foram contidos pela PM com tiros de borrachas e bombas. Mais de 200 pessoas ficaram feridas.

Os magistrados rejeitaram recurso do Ministério Público que pedia o recebimento da ação de improbidade administrativa contra o ex-governador do Paraná naquele ano, Beto Richa (PSDB), o ex-secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini, hoje deputado estadual pelo PSL, e oficiais da corporação que comandaram a investida contra os funcionários públicos, principalmente professores da rede estadual de ensino.

O pedido do MP já não tinha sido acatado pela juíza da 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, Patrícia de Almeida Gomes Bergonse, em agosto de 2017. Dois meses depois, foi solicitada a reforma da decisão, mas só no dia 11 de junho deste ano o assunto virou pauta de uma primeira apreciação do TJ.

Na oportunidade, a Procuradoria Geral de Justiça informou que “houve evidente desvio de finalidade na ação da PM” e, por isso, haveria a necessidade de prosseguir com a ação.

Hermes Leão, presidente da APP-Sindicato - entidade que representa os professores estaduais, categoria que marcou presença em peso no embate de 29 de abril de 2015 -, lamentou a decisão do TJ. “A impunidade é a chave de um poder judiciário que mantém a cultura da violência contra as manifestações. Essa é a triste trajetória da República Brasileira comandada pela elite do atraso conforme o professor Jessé Souza vem divulgando”, afirmou.

05 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Diretor de clínicas vira réu em ação por apreensão de armas

Rafael Machado
Reportagem Local

O juiz da 4ª Vara Criminal de Londrina, Luiz Valério dos Santos, acatou a denúncia do Ministério Público por posse irregular de armas de fogo e também de uso restrito contra o diretor da Clínica Psiquiátrica de Londrina e Villa Normanda, Paulo Fernando de Moraes Nicolau. A decisão é de 27 de junho. As instituições são investigadas por supostas irregularidades pela Promotoria de Saúde, que já apresentou duas ações paralelas por diversos crimes, como cárcere privado de pacientes, falsidade ideológica, peculato e organização criminosa.

Nicolau também foi denunciado nessas duas ocasiões. Ele está afastado da direção a pedido do MP, que acredita que as investigações seriam prejudicadas se o acusado continuasse na coordenação das atividades. A defesa ingressou com pedidos de habeas corpus para reverter o afastamento, mas a Justiça ainda não analisou os recursos. Segundo a denúncia apresentada pelo promotor Jorge Barreto, boa parte do arsenal foi encontrada no escritório de Nicolau, que fica no mesmo endereço das clínicas, durante

*Os policiais
localizaram 24 armas
e 1,9 mil munições de
diversos calibres*

o cumprimento de mandado de busca e apreensão. Os policiais localizaram 24 armas, três canetas revólver e 1,9 mil munições de diversos calibres.

Durante interrogatório ao delegado Thiago Vicentini, que conduziu o inquérito na época, o réu, que compareceu por vontade própria ao Gaeco (Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado) para esclarecer o caso, disse que "o armamento é herança de família". "Minha atual mulher nem gosta disso. Antes eu queria ser colecionador porque sempre gostei de arma. Nem me lembro de algumas que possuía. Não era nem pra ficar na clínica", disse. Ele não chegou a ser preso.

De acordo com o advogado de defesa Walter Bitar, "as armas de fato pertencem ao Paulo Nicolau e estavam em sua residência, que é anexa à clínica. Elas estavam em local separado e seguro. Ele sempre colecionou, fruto de duas gerações de colecionadores. É uma pessoa que construiu sua vida em Londrina e sempre se mostrou comprometido com a comunidade. Responderá ao processo pois confia na Justiça."

O Ministério Público indicou que o contrato da Prefeitura de Londrina com as

clínicas, que atendem mais de 260 pessoas, fosse rompido, orientação que foi aceita. Ela não só perdurou porque o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira, suspendeu a determinação tomada após processo administrativo interno para que novas provas fossem produzidas, como depoimentos de testemunhas e investigados. As oitivas começam na semana que vem.

O Grupo CPL e Villa Normanda também obteve um despacho favorável em caráter liminar do desembargador Nilson Mizuta, da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, para que uma perícia judicial seja feita nos procedimentos administrativos. Segundo a assessoria de imprensa da entidade, o pedido para esse levantamento foi apresentado à prefeitura desde o início do ano, quando começaram as investigações do MP.

Em nota, a comunicação das clínicas "nega todas as acusações e afirma que vai provar na Justiça a falsidade delas."

"Ganhamos o direito à perícia externa pois acreditamos que só um profissional isento e imparcial capacitado em psiquiatria pode avaliar realmente a qualidade e correção do serviço prestado."

05 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Filipe Barros vai à Justiça para barrar CPMI das Fake News

Vice-líder do PSL na Câmara,
londrinense vê na instalação
da comissão mista tentativa
de censurar apoiadores de
Bolsonaro nas redes sociais

Luis Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

Apesar de ter sido instalada no Congresso mediante pedido de um deputado aliado do governo federal, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News pode ser barrada na Justiça no que depender da vontade do deputado federal Filipe Barros (PSL-PR), vice-líder do partido na Câmara Federal. Ele tenta barrar investigação conjunta de deputados e senadores contra a disseminação de notícias falsas e ataques cibernéticos. Barros anunciou no Twitter o protocolo de um mandado de segurança no STF (Supremo Tribunal Federal) na quarta-feira (3) contra a CPMI autorizada no mesmo dia pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O parlamentar londrinense justifica o mandado afirmando que não há um objeto determinado de investigação. "Vai de supostos robôs na eleição a cyberbullying e DeepWeb", argumenta. Ainda de acordo com ele, ape-

sar do autor do pedido de instalação da CPI, o deputado federal Alexandre Leite (DEM-SP), ser filiado a partido aliado, quem está comemorando a investigação "é a esquerda". "É claro que tem algo errado aí: querem calar o povo brasileiro", escreveu o parlamentar londrinense.

Barros diz que a "CPMI das Fake News" é "um apelido bonitinho" para disfarçar a "criação de notícias falsas contra o governo, censurar a população que está se manifestando na internet e, no final, propor a 'regulamentação' da mídia (leia-se censura a liberdade de imprensa)".

A comissão de inquérito foi instalada com o objetivo de apurar, segundo a Agência Senado, "ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, além da criação de perfis falsos para influenciar as eleições do ano passado". Também são alvos de apuração a prática de cyberbullying contra autoridades e cidadãos vulneráveis e o aliciamento de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio. Será

composta de 15 deputados e 15 senadores que terão 180 dias para entregar o relatório final.

O PSL, partido de Barros e de Jair Bolsonaro, foi acusado de disseminar fake news, principalmente por aplicativos de troca de mensagens durante a corrida eleitoral de 2018. Um levantamento publicado em 26 de outubro do ano passado pelo site Congresso em Foco demonstrou que, de 123 notícias falsas encontradas por agências de checagem de fatos, 104 beneficiavam Bolsonaro e outras 19 eram prejudiciais à candidatura do atual presidente.

05 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Justiça condena quatro por desvios em Tomazina

Reportagem Local

O juiz federal substituto, Gustavo Alves Cardoso, da 1ª Vara Federal de Jacarezinho, acatou o pedido do MPF-PR (Ministério Público de Federal do Paraná) e condenou o advogado Cláudio Tavares Tesseroli, ex-assessor jurídico de Tomazina, no Norte Pioneiro, pela prática dos crimes de corrupção passiva e dispensa indevida de licitação. A sentença proferida é de nove anos de reclusão em regime fechado. No mesmo processo ainda foram condenados os empresários José Moreira dos Santos, Jair Trindade e Clayton Pierre Schwartz pela prática de corrupção ativa e por terem se beneficiado da dispensa licitatória ilegal; as penas superaram os sete anos de prisão.

O caso é um desdobramento da Operação Ilusionista, que investigou a execução de obras de recomposição após as enchentes que afetaram Tomazi-

na em 2010. A denúncia apontou que, no início de 2010, o município solicitou à Secretaria Nacional de Defesa Civil liberação de verbas emergenciais para a reconstrução e recuperação de unidades habitacionais, estradas rurais, vias urbanas e pontes afetadas pelas chuvas. O governo federal liberou R\$ 3,7 milhões.

Como assessor jurídico, Tesseroli avalizou a contratação direta de três empresas da na Região Metropolitana de Curitiba, por intermédio de parecer jurídico em que falsamente dizia estar presente os requisitos legais para dispensa de licitação. A denúncia apontou que, como contrapartida pela fraude licitatória praticada, Tesseroli recebeu aproximadamente R\$ 227.000, desviados do convênio para as contas do acusado, de uma sobrinha e para uma empresa em nome de sua esposa. A acusação frisou que as empresas estavam sediadas há mais de 300 quilômetros do local das

obras, o que, juntamente com o relatório técnico da Controladoria Geral da União e com os dados das quebras de sigilo telefônico, reforçou a existência de conluio prévio entre todos os que acabaram condenados (Tesseroli e os empresários José Moreira, Jair Trindade e Clayton Schwartz).

CABE RECURSO

Tesseroli chegou a ser preso em outubro de 2017, por haver evidências de que teria atuado junto a diversos outros municípios do interior do Estado do Paraná, além de Tomazina, praticando fraudes à licitação e prestando serviços jurídicos por intermédio de empresas laranjas. Na época da prisão, constatou-se que o réu respondia a outros procedimentos investigativos no âmbito do Ministério Público Estadual do Paraná. Os condenados poderão recorrer em liberdade. As defesas foram procuradas, mas não foram encontradas para comentar a decisão judicial.

05 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

MP investiga atendimento de idosos para 'prova de vida'

**Casos na Lapa e em Londrina chamam
a atenção para dificuldades para
atender exigência do INSS**

Isabela Fleischmann

Reportagem Local

O Ministério Público de Lapa, na Região Metropolitana de Curitiba, investiga o caso de um idoso de 90 anos que teve de ser carregado até uma agência bancária para realizar a "prova de vida" a fim de continuar recebendo o benefício da aposentadoria. O idoso morreu na terça-feira (2). Com problemas de mobilidade, o aposentado precisou se deslocar da zona rural até o Banco do Brasil, no centro da cidade.

O MP apurará o caso para avaliar a conduta dos funcionários que participaram do atendimento. A "prova de vida" é uma checagem instaurada pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) para evitar fraudes previdenciárias. Os beneficiários devem comparecer à agência com um documento ou então passar pela biometria.

Em Londrina, um caso similar aconteceu no último dia 26, quando uma idosa de 84 anos caiu da cadeira de rodas ao tentar ir até a agência do Itaú, no centro, para fazer a "prova de vida". A família dela afirma que o fun-

cionário do banco se negou a ir até o carro fazer a verificação, o que levou à exposição do risco. Por telefone, a assessoria do Itaú informou que o INSS possui resoluções para o atendimento excepcional de idosos com problemas de locomoção, nas quais não há a necessidade de ir até a agência.

O promotor Miguel Sogaiar, responsável pela Defesa do Consumidor e do Idoso em Londrina, informou que vai instaurar procedimentos para apurar o caso. "O bom-senso recomendaria que o funcionário do banco fosse até a idosa no estacionamento sem poder se locomover. A pessoa foi até lá. Nos casos em que é totalmente impossível a pessoa sair, isso caracteriza exceção. Ela não pode ser punida por falta de mobilidade", informou.

Em nota, o MP-PR (Ministério Público do Paraná) informou que, desde o início de junho, tramita na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba um procedimento investigatório para apurar tal exigência. "A investigação foi instaurada com base em notí-

cia do aumento nas demandas de interdições e curatelas, ajuizadas para concessão de termo a ser apresentado a instituições financeiras para o recebimento de benefício, criando um grande lapso temporal entre os pedidos e a determinação judicial para o restabelecimento do serviço", esclarece. Dependendo do resultado da investigação, a Promotoria adiantou que medidas cabíveis poderão ser tomadas contra as instituições bancárias.

O Banco do Brasil informou que para realizar a prova de vida é preciso ter senha cadastrada ou capturar a biometria do beneficiário, procedimentos que devem ser feitos dentro da agência, por esse motivo, os funcionários não são autorizados a sair. Segundo o BB, os aposentados que recebem na modalidade cartão de benefícios são avisados por meio dos terminais de autoatendimento 45 dias antes do vencimento da "prova de vida".

CONTINUA

05 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

De acordo com o Banco do Brasil, caso o beneficiário não possa ir até o banco por doenças ou problemas de locomoção, o procedimento deve ser realizado por um procurador ou representante legal cadastrado no INSS. Nesse caso, o procurador ou representante deve comparecer a uma agência da Previdência Social com procuração registrada em cartório e apresentar o atestado médico do beneficiário.

Por resolução do INSS, aposentados acima de 80 anos e beneficiários com problemas de mobilidade podem agendar a "prova" pelo telefone 135 para que o servidor do INSS vá até a pessoa segurada. O BB ainda destaca que o próprio INSS deve dispor de meios que garantam a identificação e o processo da "prova de vida" para pessoas com dificuldade para se locomover e idosos acima de 80 anos.

05 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

A “prova de vida” na mira do Ministério Público

É indiscutível o fato de que o Brasil não cuida bem de seus idosos. Chegar à terceira idade não é fácil quando os problemas ganham outra dimensão. Saúde, gastos com medicamentos e alimentação, além de dificuldades de locomoção são apenas alguns exemplos das dificuldades que ficam cada vez mais difíceis à medida em que os anos vão passando. Os brasileiros estão vivendo mais, porém, a qualidade de vida é questionável para a parcela da população mais carente.

Recentemente, dois casos que ocorreram no Paraná tiveram grande repercussão. E mostram que muita coisa precisa mudar. O primeiro aconteceu na Lapa, na Região Metropolitana de Curitiba. Um idoso de 90 anos teve que ser carregado até uma agência bancária para realizar a “prova de vida” a fim de continuar recebendo o benefício da aposentadoria. Ele morreu na última terça-feira (2).

Não há evidências de que a morte seja em decorrência dele ter se deslocado da zona rural da Lapa até o centro da cidade, onde estava localizada a agência bancária. O que se questiona aqui é o fato de um idoso com problemas de mobilidade e saúde frágil precisar sair de casa para a “prova de vida”. Trata-se de uma checagem instaurada pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) para evitar fraudes previdenciárias. Os beneficiários devem comparecer à agência com um documento ou então passar pela biometria. O Ministério Público entrou no caso e vai avaliar se houve falha na conduta dos funcionários que participaram do atendimento no banco da Lapa.

Em Londrina, um caso similar aconteceu no último dia 26, quando uma idosa de 84 anos caiu da cadeira de rodas ao tentar ir até uma agência bancária, no centro, para provar ao INSS que está viva. Segundo a família, o funcionário do banco se negou a ir até o carro fazer a verificação, o que teria exposto a mulher ao risco. Esse caso também será alvo do Ministério Público. A promotoria de Defesa do Consumidor e do Idoso deve instaurar procedimentos para apurar o acidente.

Infelizmente, há casos de fraude no INSS e o governo precisa buscar ferramentas para combater esse crime. Mas no século 21, era da informação e da tecnologia, é inaceitável submeter idosos a situações constrangedoras. Não são raros os casos de pessoas que são transportadas em macas para o banco a fim de fazer a prova de vida. Mesmo que o procedimento seja agendado, a locomoção muitas vezes envolve um grande esforço. Facilitar a vida dos mais velhos é uma forma importante de respeitá-los.

BEMPARANÁ 05 JUL 2019

SE CUMPRIDAS, ORDENS JUDICIAIS PODERIAM FAZER AUMENTAR EM ATÉ
45,3% A POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO ESTADO

PR tem 33,5 mil presos e 15,3 mil mandados de prisão em aberto

Com 24.082 vagas disponíveis, Estado possui um déficit
de 9.664 vagas no sistema carcerário

Paraná tem 33,5 mil presos e 15,3 mil mandados de prisão em aberto

Se cumpridas, ordens judiciais poderiam fazer aumentar em
até 45,3% a população carcerária do Estado

Rodolfo Luis Kowalski

Na esteira do aumento nos índices de percepção sobre a corrupção e o aumento nos índices de violência (homicídios, roubos, furtos e etc), nos últimos anos uma verdadeira sanha prisional tem ganhado força no Brasil. Mas o que aconteceria se todo mundo que deveria estar preso de fato estivesse atrás das grades? E aí é importante destacar: aqui não se fala em endurecimento da lei, mas tão somente em seu estrito cumprimento.

De acordo com o Geopresídios, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente existem 33.588 pessoas presas no Paraná, a maioria delas cumprindo pena em regime fechado (19.555) ou então na condição de presos provisórios (11.215). Ainda há 2.363 presos no regime semiaberto, e os demais entre o regime aberto, presos estrangeiros e indígenas. O número de vagas no sistema carcerário, contudo, fica distante do necessário: 24.082, o que significa que temos atualmente um déficit de mais de 9 mil vagas no sistema prisional.

CONTINUA

05 JUL 2019

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Para além deste contingente de encarcerados, contudo, existe ainda no Paraná um total de 15.338 mandados de prisão em aberto — e isso considerando-se apenas as ordens emitidas no âmbito da Justiça estadual, no caso, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Os dados são do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), também do CNJ, e foram extraídos na última quarta-feira.

Os pedidos mais antigos de prisão datam de janeiro de 2011. Além disso, apenas no dia de ontem foram expedidos (e ainda não cumpridos) 57 novas ordens de prisão. Nos dois dias anteriores, haviam sido 47 e 76 mandados de prisão, respectivamente.

Dessa forma, temos um cenário em que, se cumpridos todos os mandados de prisão em aberto, a população carcerária do Paraná cresceria em até 45,3%, alcançando um contingente de quase 49 pessoas.

Chutando por baixo, isso representaria um rombo extra de até R\$ 44,33 milhões por mês aos cofres públicos, tendo em vista uma análise do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que identificou que cada preso no estado representa um custo de R\$ 2,9 mil ao Estado. Digo chutando por baixo porque o cálculo considera apenas os gastos com a manutenção dos presos (alimentação, energia elétrica, água e etc), sem considerar ainda o montante que teria de ser investido para a construção de uma infraestrutura capaz de lidar com essa demanda.

Penas alternativas como um paliativo

Para lidar com a questão da superlotação de presídios e carceragens, nos últimos anos o Judiciário, com especial destaque para o paranaense, têm apostado na adoção de medidas alternativas ao aprisionamento. No Paraná, por exemplo, existem 18.752 pessoas cumprindo pena em prisão domiciliar e outras 35.022 monitoradas eletronicamente (tornozeleira eletrônica).

A adoção desse tipo de alternativa, explica o advogado Gustavo Polido, sócio da Polido Advogados, de São Paulo, se deu a partir do diagnóstico de que o convívio nos presídios seria deletério para os condenados, que sairiam do cumprimento de pena pior do que antes da condenação. Além disso, há ainda o aspecto financeiro — um preso no regime fechado custa cerca de R\$ 2,9 mil por mês, en-

quanto o aluguel de uma tornozeleira eletrônica custa R\$ 267,92.

“O clamor pela prisão/cárcere na verdade representa, consciente ou inconscientemente, a intenção de vingança social, que não deve existir em um Estado Democrático de Direito. A própria lei permite medidas desencarceradoras e não pode o clamor social de vingança se sobrepor às normas estabelecidas no ordenamento jurídico”, afirma.

05 JUL 2019

BEMPARANÁ

Enchentes

O juiz federal substituto, Gustavo Alves Cardoso, da 1ª Vara Federal de Jacarezinho, condenou o advogado Cláudio Tavares Tesseroli, ex-assessor jurídico da prefeitura de Tomazina (Norte Pioneiro), a nove anos de prisão em regime fechado, pela prática dos crimes de corrupção passiva e dispensa indevida de licitação. Além dele, também foram condenados os empresários José Moreira dos Santos, Jair Trindade e Clayton Pierre Schwartz por corrupção ativa e por terem se beneficiado da dispensa licitatória ilegal; as penas superam os sete anos de prisão.

Ilusionista

O caso é um desdobramento da denominada "Operação Ilusionista", que investigou a execução de obras de recomposição após as enchentes que afetaram Tomazina em 2010. A denúncia apontou que, no início de 2010, a prefeitura pediu recursos ao governo federal para a recuperação da cidade e recebeu R\$ 3,7 milhões. Na época, segundo o Ministério Público Federal, Cláudio Tessérolí prestava serviços de assessoria jurídica ao município e avalizou a contratação direta de três empresas da região de Rio Branco do Sul (região metropolitana de Curitiba, por intermédio de parecer em que falsamente dizia estar presente os requisitos legais para dispensa de licitação.

05 JUL 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Planalto contraria Rosa e escolhe 3º de lista para TSE

Carlos Velloso Filho vai integrar Corte Eleitoral; nome defendido pela presidente do tribunal, Daniela Teixeira já criticou Bolsonaro

Rafael Moraes Moura
Teo Cury / BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro escolheu o advogado Carlos Velloso Filho para a vaga de ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A nomeação representa mais um revés imposto pelo Palácio do Planalto à presidente da Corte Eleitoral, ministra Rosa Weber.

Foi a segunda vez que Rosa tentou emplacar o nome de uma mulher no tribunal. Em abril, ela havia articulado a indicação da ex-advogada-geral da União Grace Mendonça para uma vaga, mas Bolsonaro optou por efetivar o então ministro substituto Sérgio Banhos, que passou a ocupar uma cadeira de titular no TSE.

Agora, o nome preterido foi o da advogada Daniela Teixeira, que, a exemplo de Grace, encabeçava a lista tríplice enviada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao presidente.

Velloso Filho – que é filho do ex-presidente do Supremo Carlos Velloso – ficou em terceiro lugar, com o voto de 8 ministros do STF, atrás de Daniela, que teve 10 votos, e de Marçal Justen Filho, que obteve 9 votos. Embora a lista seja para uma vaga no TSE, cabe ao Supremo vo-

• 'Esculhambar'

“Encheu a boca na tentativa de esculhambar com o deputado federal, agora quer cargo do presidente.”
Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)

DEPUTADO, SOBRE DANIELA TEIXEIRA,
1ª COLOCADA DA LISTA TRÍPLICE DO TSE

tá-la e enviá-la ao presidente.

Conforme antecipou o Estado, mesmo com menos votos, Velloso Filho era considerado o favorito para a vaga. Isso porque a indicação de Daniela foi cercada de controvérsia. A advogada já defendeu publicamente a condenação de Bolsonaro no caso em que ele é réu por incitação ao crime de estupro.

Em sessão da Câmara em setembro de 2016 sobre violência contra mulheres e a cultura do estupro, Daniela disse que, “enquanto esses agressores não forem punidos, a violência não vai diminuir”. “E eles devem ser punidos, sejam eles quem for, seja o marido da vítima, seja o coronel que está abusando de uma criança de dois anos, seja o promotor que está abusando de uma vítima durante uma audiência ou seja um deputado que é réu, sim, numa ação já recebida no STF. É o senhor, deputado Jair Bolsonaro, réu”, afir-

mou a advogada na ocasião. Bolsonaro acompanhava a sessão.

Na semana passada, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, ironizou as chances de Daniela na disputa. “Sobre nomeação para o TSE. Encheu a boca na tentativa de esculhambar com o deputado federal, agora quer cargo do presidente. Um forte abraço”, escreveu Eduardo no Twitter, finalizando a mensagem com um emoji caindo em risos.

Debate. Procurada pela reportagem logo após a aprovação da lista tríplice, Daniela minimizou o episódio envolvendo Bolsonaro e disse que é normal que haja “exaltação” no Parlamento durante debates políticos. A presidência do TSE não se manifestou sobre a escolha até a conclusão desta edição.

Daniela disputou a vaga do TSE a pedido de Rosa, que admira o currículo da advogada e tenta ampliar a presença feminina na Corte Eleitoral. Atualmente, Rosa é a única mulher entre os 14 integrantes do TSE – entre ministros titulares e substitutos. A Corte eleitoral é formada por três ministros do Supremo, dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois advogados. A composição é a mesma para os substitutos.

05 JUL 2019

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

Justiça Federal perde foro da Previdência

Samuel Moreira tirou do relatório da reforma a proposta do governo de concentrar na Justiça Federal as ações sobre Previdência Social. O TCU recomendou a mudança porque os benefícios são pagos pela União e os custos na Justiça Estadual são mais altos. Aliados de Moreira relataram forte pressão de promotores estaduais para manter a regra como é hoje. Eles acionaram, inclusive, integrantes do PSDB em São Paulo. O governo não se empenhou, seu partido não avalizou e o relator acabou cedendo quando se viu sozinho defendendo a alteração.

● **O que muda.** Hoje a Justiça Estadual analisa benefícios decorrentes de acidentes de trabalho e as ações onde não há Justiça Federal. Pelo texto do governo, a Estadual ficaria apenas com processos onde não tivesse unidade de Justiça Federal em raio de 100 km.

● **Qual é...** Como há regulamentação do CNJ, o valor médio de uma perícia na Justiça Federal é, em média, 50% menor do que na Estadual, que possui autonomia para estipular valores.

● **...o preço.** Dados do TCU mostram que, embora a Justiça Federal possua 85% dos processos previdenciários, é responsável por 17% do gasto com perícias; a Estadual é responsável por 27%. A Associação dos Juizes Federais vai tentar reverter o texto no Plenário.

STF julga recurso de Lula em agosto

● A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal vai começar a julgar em 16 de agosto recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para suspender ação penal a que responde na Justiça Federal no Paraná sobre a ces-

são de terreno para construção de sede do Instituto Lula. A Procuradoria-Geral da República já se manifestou contra o pedido.

O julgamento será analisado pelo plenário virtual da Segunda Turma. Cada julgamento na plataforma online dura cinco dias úteis – ou seja, a discussão do caso do ex-presidente deve se encerrar no dia 22 de agosto.

Como mostrou o Estado, o STF tem ampliado o uso do plenário virtual, uma ferramenta que permite realizar julgamentos sem a presença física dos ministros da Corte – e longe dos holofotes da TV Justiça.

Pelos novos moldes do plenário virtual, será possível acompanhar o desenrolar do julgamento em tempo real. / R.M.M.

05 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Pupila de ministro do STF, professora evangélica vê espaço para fé na Justiça

Ana Paula de Barcellos foi citada por Barroso após Bolsonaro defender um nome religioso na corte



A professora Ana Paula Barcellos, que leciona direito constitucional no Rio

Anna Virginia Balloussier

RIO DE JANEIRO Quando o presidente Jair Bolsonaro sugeriu, numa Assembleia de Deus em Brasília, que já era a hora de ter um evangélico no STF (Supremo Tribunal Federal), um juiz que adora citar salmos bíblicos veio à cabeça de muitos: Marcelo Bretas, responsável pela Lava Jato no Rio.

O que a atual corte achava disso? O ministro Luís Roberto Barroso disse à Folha que um bom par pode ter qualquer credo, mesmo nenhum. E, se o assunto era o bloco religioso que mais cresce e aparece no Brasil, não foi o nome de Bretas que citou, e sim o de "uma das maiores juristas brasileiras que, por acaso, é evangélica": Ana Paula de Barcellos, 44.

Em quase uma hora de conversa com a professora de direito constitucional da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), uma coisa fica clara: se o ministro está entre os mais progressistas na régua ideológica do Supremo, pode-se dizer o contrário daquela que considera Luís Roberto (só o chama assim, pelos primeiros nomes) como seu mentor.

Os dois se conheceram em 1994, quando ela, então estudante de 19 anos na Uerj, passou num concurso para ser a monitora de uma disciplina que ele dava sobre a área constitucional.

Virou estagiária e depois sócia no escritório de advocacia que Barroso, ou melhor, Luís Roberto, tinha antes de virar ministro do Supremo.

Ana Paula tem uma trajetória respeitada entre constitucionalistas. Em abril, foi uma das palestrantes de um simpósio em Harvard que contou com estrelas do Judiciário brasileiro, como o próprio Barroso, além de seus colegas no STF Luiz Fux e Dias Toffoli.

Escreveu livros elogiados na área e, ao lado do então futuro ministro, atuou em causas da CBF (Confederação Brasileira de Futebol). Marcou-a um caso envolvendo direitos de imagem de ex-jogadores da seleção no álbum de figurinhas "Heróis do Tri", de 1988.

Mais espinhoso foi trabalhar com Barroso em uma ação para que gestantes tivessem o direito de interromper a gravidez se carregassem fetos anencéfalos.

CONTINUA

Como advogado, Barroso representou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde no Supremo em 2012. Vitória dele.

Ela lembra do caso quando a Folha lhe pergunta se a Ana Paula evangélica e a Ana Paula constitucionalista em algum momento se encontram. Não vai mentir: sim, pode ocorrer.

“Toda cosmovisão vai passar a vida da pessoa como um todo. No dia a dia, não lido com categorias religiosas. Quando há um elemento subjetivo maior, claro que [a fé] influencia.”

E isso vale para a religião ou para a falta dela, diz, em seu escritório em uma firma de advocacia carioca. Ou você acha que, digamos, ser ateu não teria potencial igual para suggestionar sua visão sobre determinado assunto legal?

Ela já recusou clientes se suas demandas iam contra sua “reserva ética”.

“A religiosidade da Ana jamais interferiu na nossa relação”, afirma Barroso. “Em algumas poucas causas, ela me pediu para não atuar, em razão de suas convicções. A defesa das uniões homoafetivas foi uma delas. Uma envolvendo o interesse de uma companhia de cigarros foi outra.”

Nem por isso a relação, que sempre foi “afetuosa e transcendente”, saiu abalada, segundo o ministro.

“Apesar de eu defender bandeiras progressistas e ter uma concepção totalmente laica do Estado, tenho profundo respeito pela religiosidade. Não é preciso concordar para respeitar o outro.”

E há o meio do caminho. Ana Paula, como evangélica, é contra o aborto em qualquer caso que não implique risco de morte para a mãe (sua rejeição pessoal vale, então, mesmo para situações já previstas pela lei brasileira, como vítimas de estupro).

Resolveu assim o conflito interno quando auxiliou Barroso na ação que liberou a interrupção da gestação se houver má formação fetal do cérebro.

“Havia uma discussão importante: se é aborto ou antecipação terapêutica do parto de um feto considerado inviável. Na minha convicção, a segunda opção era ok. Era diferente de injetar ácido na mulher, o que seria aborto.”

Ana Paula ora todos os dias. Define-se como “cristã praticante” e só começa sua rotina após travar uma “conversa com Deus”, em geral acompanhada de café com leite.

Nas mesmas redes sociais em que divulga suas conquistas no meio jurídico, como o encontro em Harvard, replica notícias sobre cristãos em perigo mundo afora, como o atentado em abril no Sri Lanka que matou centenas. Três igrejas estavam entre os alvos.

Nem tudo é desgraça. Em agosto de 2018, compartilhou o flyer da Igreja Resgate, em Massachusetts, estado americano com muitos brasileiros: a divulgação do Encontro de Casais, no qual ela e o marido seriam os preletores. Os dois são pastores da Assembleia de Deus.

“Esposas, cada uma de vós respeitai ao vosso marido, porquanto sois submissas ao Senhor...”, dizia o texto de divulgação.

Ana Paula, que diz não coibir o STF, não viu problema quando Bolsonaro sinalizou que alguém de sua fé deveria chegar lá —nenhum dos 11 atuais ministros se declara evangélico.

Para ela, o presidente quis dizer que faria bem à corte um ministro com valores que ele projeta em evangélicos. Seria como o chefe da Casa Branca entender que a Suprema Corte precisa de um conservador para equilibrar o jogo ideológico, afirma.

Nas questões morais, a pupila de Barroso enxerga um STF desequilibrado. Aborda o assunto com tom cauteloso. “Não sei se progressista... Não usaria o termo.”

Exemplifica: a recente decisão de criminalizar a homofobia. Ali houve “certo consenso que não visualizo na sociedade”, diz.

Ela sabe que “o papel do Supremo não é necessariamente refletir” o clamor social, mas mesmo o direito penal se divide sobre o tema. “Estava longe de ser consensual como o Supremo fez parecer.”

Ana Paula afirma que Estado laico não pode ser confundido com Estado antirreligioso, que é o caso do francês, que chega a proibir alunas muçulmanas de usar o véu islâmico em escolas.

E não teria por que inferir que países que mantêm laços oficiais com alguma igreja, como é o caso da anglicana Inglaterra, obrigatoriamente lesariam a liberdade de outros credos, diz.

A receita de laicidade do Brasil lhe parece na medida. Um Estado que garante a autonomia religiosa sem necessariamente abandonar símbolos da doutrina majoritária de sua população, a cristã, afirma Ana Paula.

Daí não se incomodar com o preâmbulo da Constituição de 1988, que a promulga “sob proteção de Deus”.

CONTINUA

05 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Qual é religião dos ministros do STF

CATÓLICOS

Dias Toffoli
Alexandre de Moraes
Cármem Lúcia
Edson Fachin
Gilmar Mendes
Marco Aurélio
Ricardo Lewandowski

JUDEUS

Luís Roberto Barroso*
Luiz Fux

NÃO DECLARAM

Celso de Mello
Rosa Weber

*Reconhecido pela comunidade judaica por ser filho de mãe judia

“

No dia a dia, não lido com categorias religiosas. Quando há um elemento subjetivo maior, claro que [a fé] influencia

Ana Paula de Barcellos
advogada e professora de direito constitucional

FOLHA DE S. PAULO

RUBENS VALENTE

Moro vazou para Bolsonaro

05 JUL 2019

BRASÍLIA Que o presidente da República tenha revelado isso e nenhuma reação provocado é um sinal preocupante de debilidade das instituições. Em entrevista coletiva no Japão, no dia 28, Jair Bolsonaro disse que o ministro Sergio Moro lhe deu acesso privilegiado a dados do inquérito sobre os laranjas do PSL: “Ele [Moro] mandou a cópia do que foi investigado pela Polícia Federal pra mim. Mandeí um assessor meu ler porque eu não tive tempo de ler”.

Ocorre que a investigação tramita sob segredo na 26ª Zona Eleitoral de Minas Gerais. Surgem aqui dúvidas éticas e legais. Bolsonaro foi além. Revelou que “determinou” a Moro, que por sua vez iria “determinar” à PF, que “investigue todos os partidos” com problemas semelhantes. “Tem que valer para todo mundo, não ficar fazendo pressão em cima do PSL para tentar me atingir”.

As declarações devem assustar policiais das diversas carreiras da PF —alguns dos quais hoje em cargos de direção, reconheça-se— que nos últimos 30 anos trabalharam para que o órgão evoluísse para uma instituição “de Estado, não de governo”, como cansaram de repetir. Uma PF que não esteja à mercê dos rancores do presidente e do ministro de plantão. Um órgão que investigue fatos e não pessoas.

Bolsonaro se elegeu agitando a bandeira “da lei e da ordem”, o que pressupõe pelo menos respeito aos órgãos investigativos. Agora faz o contrário: acessa e fala sobre um caso sob segredo e humilha investigadores em praça pública ao ditar como devem se comportar, como se eles não soubessem seu papel. Ele também tem seguidamente atacado a PF por discordar, sem provas, das conclusões do caso Adélio.

Os órgãos de controle da União ou não ouviram o que Bolsonaro disse no Japão ou ouviram e silenciaram. Nos dois modos temos instituições cegas para o Alex Jones que ora ocupa a Presidência. Ele exerce abertamente a ousadia dos impunes a fim de obter dados sigilosos e determinar o que deve ser investigado no país. Isso é que é Estado policial.

05 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Bolsonaro defende trabalho infantil e ignora reforma em live

Presidente diz que não foi prejudicado ao trabalhar com nove anos de idade na fazenda

Talita Fernandes
e Gustavo Uribe

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PSL) deixou de fora a reforma da Previdência de transmissão ao vivo em redes sociais nesta quinta (4) e defendeu o trabalho infantil usando como principal argumento sua experiência pessoal.

“Olha só, trabalhando com nove, dez anos de idade na fazenda, eu não fui prejudicado em nada. Quando um moleque de nove, dez anos vai trabalhar em algum lugar, tá cheio de gente aí ‘trabalho escravo, não sei o quê, trabalho infantil’. Agora, quando tá fumando um paralelepípedo de crack, ninguém fala nada”, comentou o presidente em tom de “confissão”.

Embora tenha defendido o trabalho de crianças, ele disse que não vai apresentar nenhum projeto que permita isso para “não ser massacrado”.

“Fiquem tranquilos que eu não vou apresentar nenhum projeto aqui para descriminalizar o trabalho infantil porque eu seria massacrado. Mas quero dizer que eu, meu irmão mais velho, uma irmã minha também, um pouco mais nova, com essa idade, 8, 9, 10, 12 anos, trabalhava na fazenda.

“

Olha só, trabalhando com nove, dez anos de idade na fazenda, eu não fui prejudicado em nada. Quando um moleque de nove, dez anos vai trabalhar em algum lugar, tá cheio de gente aí ‘trabalho escravo, não sei o quê, trabalho infantil’. Agora, quando tá fumando um paralelepípedo de crack, ninguém fala nada

Jair Bolsonaro em transmissão ao vivo nas redes sociais

Trabalho duro.”

Embora tenha falado sobre trabalho em vários momentos da transmissão que durou quase 40 minutos, o presidente não comentou em nenhum momento a votação da reforma da Previdência.

Pela manhã, o presidente afirmou que errou ao não ter incluído regras mais brandas para policiais federais e rodoviários na reforma previdenciária e fez apelo público pela mudança no texto —o que acabou não se concretizando.

Nesta quinta, a comissão especial que analisa a reforma da Previdência rejeitou afrouxar as regras de aposentadoria para categorias da segurança pública.

Em discurso à bancada ruralista, durante café da manhã no Planalto, o presidente havia defendido que a mudança não seria uma tentativa de privilegiar as forças policiais.

“Tem um equívoco que nós, governo, erramos e dá para resolver essa questão através do bom senso dos senhores. Eu peço, por favor. O discurso de alguns, como se quiséssemos privilegiar também Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, não procede. São aliados nossos e nunca tiveram privilégio no Brasil”, disse.

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDA PENTEADO BALERA

05 JUL 2019

LETÍCIA MARQUEZ DE AVELAR

SAMUEL FRIEDMAN

Defensores públicos do estado de São Paulo

Abandonados à própria sorte

Deixar para lá a prevenção é retrocesso lamentável

No apagar das luzes do ano passado, 66 internos da Fundação Casa em São Paulo foram vítimas de agressões que, em tese, podem configurar o crime de tortura. No último mês, o governo do presidente Jair Bolsonaro esvaziou o incipiente MNPCT (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura).

O MNPCT foi criado para cumprir o compromisso assumido pelo Brasil ao ratificar o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes da ONU. Ele é fundamental para mudar a realidade de violência no país em que a tortura ainda é prática corriqueira nos presídios, manicômios, centros de detenção e, especialmente, nas unidades de internação de adolescentes.

No caso dos 66 internos da unidade Casa Nogueira em dezembro, após meses de coleta de provas, fotos, lau-

dos de exame de corpo de delito e oitivas judiciais, a Defensoria Pública de São Paulo ajuizou uma ação civil pública que busca responsabilizar o Estado e a Fundação Casa e aponta diversas medidas para reduzir a violência contra os internos.

Entre outros, a Defensoria pede mudanças no processo seletivo a fim de encontrar agentes que tenham perfil psicológico adequado para evitar reações violentas e criminosas; implementação de atividades periódicas de formação e treinamento com foco em técnicas de negociação e mediação de conflitos; a proibição de utilização de cassetes, bastões e outras armas no interior da unidade; e a fixação de câmeras nos coletes dos agentes que atuam em casos de tumulto.

Além da reparação dos danos, a ação pede que a fundação apresente pedido de desculpas públicas para que toda a sociedade tenha conheci-

mento das violações de direitos a que foram submetidos os adolescentes.

A violência praticada contra adolescentes privados de liberdade é especialmente grave quando lembramos que o ECA estabelece que a internação tem caráter socioeducativo, ou seja, além de inegável peso punitivo, seu objetivo é pedagógico.

Qual o caráter pedagógico pode ter uma medida que resulta em gravíssimas lesões corporais e danos psicológicos aos adolescentes, sobretudo quando esses são praticados por aqueles que, por dever legal, deveriam protegê-los?

O MNPCT já havia visitado duas unidades da Fundação Casa em 2015, com uma série de recomendações ao estado de São Paulo. Com o desmonte do órgão e da própria atuação preventiva do Estado brasileiro para erradicação da tortura nos locais de privação de liberdade de adolescentes e adultos, casos como esse tendem a continuar ocorrendo ou até mesmo se multiplicarem.

O abandono da prevenção é um retrocesso lamentável e proibido no direito internacional. Resta uma crescente necessidade de buscar a reparação de danos dos adolescentes, de suas famílias e da sociedade, que o governo Jair Bolsonaro deixa desprezados à própria sorte.

Se o Brasil honrasse o seu compromisso internacional de trabalhar firmemente para erradicação e prevenção da tortura, o cenário poderia ser outro.

05 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

O pacto que importa

Bolsonaro sepulta, como era previsível, ideia de um entendimento entre os Poderes pelas reformas; cumpre, isso sim, abraçar o convívio democrático

No dia 27 de maio, o presidente Jair Bolsonaro apresentou ao país uma proposta que, embora se mostrasse pouco realista, parecia ao menos conter um impulso positivo. Tratava-se de firmar um pacto entre os Poderes com vistas a assegurar o encaminhamento e a aprovação de um leque de reformas necessárias para o futuro do país.

Passado mais de um mês, na quarta (3) o mandatário cedeu às evidências de que o acordo, como foi aventado, não seria viável — e decidiu enterrá-lo. Em evento que marcou a troca de chefia no Comando Militar do Sudeste, Bolsonaro afirmou que “não precisamos de pacto assinado no papel”.

O importante, frisou, é que se votem matérias e proposições “que fujam ao populismo”.

Em maio, quando foi formulada a ideia do entendimento formal entre os Poderes, o país passava por mais um dos momentos de acirramento de tensões que vêm pontuando a dinâmica do atual governo.

Bolsonaro havia divulgado um rumoroso texto de autor não identificado acerca da impossibilidade de governar o país sem ceder a conchavos. Na semana seguinte, foi a vez de o ministro da Economia, Paulo Guedes, ameaçar deixar o governo, caso a reforma da Previdência se tornasse insatisfatória — com o que o presidente anuiu.

Por fim, no dia 26 daquele mês, bolsonaristas saíram às ruas em vaga defesa da Presidência, com protestos localizados contra par-

lamentares, o presidente da Câmara e membros do Judiciário.

Nesse cenário, um gesto de pacificação entre os líderes dos Poderes poderia ser visto com simpatia — embora predominassem, naturalmente, as reações de ceticismo.

Agora, num período mais favorável, de avanços na tramitação das mudanças nas aposentadorias, as declarações presidenciais acerca dos objetivos que uniriam Executivo e Legislativo se revestem de ares de civilidade e equilíbrio.

Mas nem tudo foram flores na manifestação de Bolsonaro durante a cerimônia militar de quarta. A certo ponto de seu discurso, o mandatário voltou a despertar inquietações ao dizer que somente ao povo brasileiro, “mais importante que qualquer instituição nacional”, deve “lealdade absoluta”.

Difícil não interpretar tais palavras como um recado aos demais Poderes e um reforço ao pacto, este sim já consumado, do presidente com sua base política mais radical — uma parcela do eleitorado na qual alguns encaram as instituições da democracia como um obstáculo ao que seria uma imaginária revolução na maneira de governar.

Como se disse aqui na ocasião em que a proposta veio à luz, melhor faria o chefe do Executivo se esposasse, sem hesitações, os comandos basilares da Constituição e as regras de convívio democrático. A alternativa é condenar o governo e o país a um padrão estressante e desnecessário de instabilidade.

05 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Bolsonaro escolhe filho de ex-presidente do STF para vaga no TSE

Talita Fernandes

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PSL) escolheu Carlos Mário Velloso Filho para ocupar a vaga de ministro substituto do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A decisão pelo novo magistrado foi tomada nesta quinta-feira (4), mas seu nome só deve ser publicado no Diário Oficial na sexta (5).

Velloso é subprocurador-geral da Procuradoria-Geral do DF e filho de Carlos Velloso, ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e presidente da corte de 1999 a 2001.

Também haviam sido indicados pelo STF e disputavam a vaga a advogada Daniela Teixeira, ex-presidente da OAB-DF, e o professor de direito público Marçal Justen Filho.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ALÉM DO
SAPATO

05 JUL 2019

O Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União) apresentou requerimento para que o órgão apure se o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) está analisando as movimentações financeiras do jornalista Glenn Greenwald, do site The Intercept Brasil.

VINGANÇA A Polícia Federal teria pedido ao Coaf que vasculhasse as contas de Greenwald depois que ele começou a publicar o escândalo das mensagens entre o ex-juiz Sergio Moro e os procuradores da Lava Jato. A PF, subordinada a Moro, não confirma a informação.

VINGANÇA 2 O procurador Lucas Furtado afirma, no requerimento, que qualquer iniciativa do Coaf seria uma “retaliação à divulgação das mensagens” e, portanto, um “flagrante desvio de finalidade pública”. E pede que o TCU apure a “ocorrência de ilegalidades”.

NA MESMA A carta em que Léo Pinheiro reafirma acusações que fez a Lula no caso do triplex teve efeito nulo sobre magistrados do STF (Supremo Tribunal Federal). A corte deve julgar no segundo semestre se Moro foi ou não parcial ao conduzir o processo e condenar o ex-presidente.

VAZIO Para ministros que analisam o tema, a carta reforça, mas não traz novidades ao que já havia sido dito por Pinheiro sobre Lula em depoimento judicial nem prova que Moro foi imparcial. Ele nem sequer é citado no texto.

É VERDADE Na correspondência, Pinheiro diz que não sofreu pressão de procuradores da Lava Jato para incriminar o ex-presidente. “Não mentin nem fui coagido”, afirma.

TRAJETO Pinheiro, no início da Lava Jato, optou por permanecer em silêncio e nada falou sobre Lula. Depois de condenado, ele começou a negociar delação premiada. Num depoimento a Moro, afirmou que a reforma do triplex atribuído ao petista foi paga com recursos de propina de contratos da OAS com a Petrobras.

TRAJETO 2 A defesa de Lula sustenta que ele foi pressionado e mudou repentinamente a versão, envolvendo o ex-presidente para obter benefícios judiciais. Pinheiro diz que suas declarações foram espontâneas.

PAINEL S.A.

TIRA O PÉ A seguradora da concessionária Rodovias do Tietê, que administra 415 quilômetros de estradas em São Paulo, não quer renovar o contrato com a empresa, mas enfrenta resistência.

EMBATE Nesta semana, a Tietê obteve liminar na Justiça para evitar o término da relação. Alega que a Pottencial Seguradora avisou da decisão pouco antes do prazo, sem dar maiores explicações.

FREIO A juíza Paula Ferreri decidiu a favor da concessionária e solicitou que a seguradora preste o serviço por mais 90 dias. A Pottencial diz que vai recorrer.

BOLSO A seguradora afirma que, entre suas motivações, levou em conta as finanças da Tietê — endividada em R\$ 1,6 bilhão. Também diz não ter obrigação legal de cumprir uma espécie de aviso prévio.

ADIANTE A Tietê não comenta o caso judicial, mas diz que cumpre suas obrigações contratuais, “envidando todos os esforços no sentido de equalizar sua dívida ao seu fluxo de caixa, reafirmando seu compromisso com a segurança de todos os usuários”.

05 JUL 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

MP denuncia 13 por fraudes em licitações

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) denunciou 13 pessoas por fraude a uma licitação de coleta de lixo em Vitorino e Ampére, no Sudoeste do Estado, em Matelândia, no Oeste, e em Pinhão, na região central. Os suspeitos são investigados na Operação Container, cuja primeira fase foi deflagrada em julho de 2018 pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em parceria com o Grupo Especializado na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à improbidade Administrativa (Gepatria).

As investigações, que levaram a esta terceira denúncia, indicam que pregões para a escolha das empresas vencedoras foram baseados em preço máximo de um único orçamento, apresentado pela empresa Sabiá Ecológico, de Nova Esperança do Sudoeste, que depois venceu todas as licitações. Além disso, em Vitorino e Ampére, foram incluídas cláusulas de direcionamento nos editais, estabelecendo limite máximo de distância entre o município e o aterro sanitário onde seria realizada a destinação final. ●

TSE vai comprar 180 mil urnas eletrônicas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai comprar cerca de 180 mil urnas eletrônicas para serem usadas nas eleições municipais do ano que vem, quando serão escolhidos novos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. As novas urnas vão substituir as mais antigas, que entraram em funcionamento em 2006 e 2008. O custo da aquisição ainda não foi definido.

Nesta semana, o TSE realizou audiência pública para colher sugestões das empresas interessadas. O

TSE também tirou dúvidas sobre especificações técnicas, segurança e manutenção da urna. Está prevista para a próxima terça-feira (9) a divulgação de um parecer técnico sobre as propostas recebidas pelo tribunal.

Segundo o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Janino, a substituição dos equipamentos é necessária para melhorar a tecnologia utilizada nas urnas. De acordo com o secretário, o Brasil realiza a maior eleição informatizada do mundo. ●

Carlos Velloso Filho será ministro substituto no TSE

O presidente Jair Bolsonaro escolheu o advogado Carlos Mário Velloso Filho para ocupar a vaga de ministro-substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A nomeação será publicada na edição de hoje do "Diário Oficial da União". O advogado é filho do ex-presidente e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Velloso. Ele é formado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) e é procurador da República no Distrito Federal.

Velloso Filho integrava a lista tríplice elaborada pelos ministros do Supremo, tendo sido o terceiro nome mais votado: a mais votada da lista foi a advogada Daniela Teixeira e o segundo, o advogado Marçal Filho. O advogado ocupará a vaga de substituto no lugar do ministro Sérgio Silveira Banhos, nomeado em abril por Bolsonaro para ocupar uma vaga de ministro titular do TSE. ●

Cartazes obrigatórios

Obrigar estabelecimentos comerciais como bares, lanchonetes, hotéis, motéis, pousadas, casas noturnas e similares a exibirem avisos contra a exploração sexual infantil. É o que estipula projeto de lei do vereador Rogério Campos (PSC) protocolado na Câmara Municipal de Curitiba (CMC). A regra valerá para os estabelecimentos que prestam e que não prestam serviços de hospedagem. O aviso escrito, e colocado em local visível, traria a mensagem "submeter criança e adolescente à prostituição ou à exploração sexual é crime dá prisão de até 10 anos. Denuncie Disque 100". ●

05 JUL 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TSE vai comprar 180 mil urnas eletrônicas para eleições de 2020

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai comprar cerca de 180 mil urnas eletrônicas para serem usadas nas eleições municipais do ano que vem, quando serão escolhidos novos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. As novas urnas vão as mais antigas, que entraram em funcionamento em 2006 e 2008. O custo da aquisição ainda não foi definido.

Nesta semana, o TSE realizou audiência pública para colher sugestões das empresas interessadas. O TSE também tirou dúvidas sobre especificações técnicas, segurança e manutenção da urna. Está prevista para a próxima terça-feira a divulgação de um parecer técnico sobre as propostas recebidas pelo tribunal.